# LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

# MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

# EXERCíCIO DE 2009

# LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2009


© SIM - tnsmuto de Gest;;-lo Fiscai

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009**

Lei nO1012/2008, de 03 de Junho de 2008.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2009 e dá outras providências.

Disposições Preliminares

Art.1°. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2°, da Constituição da República, e na Lei Complementar nO 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2009, compreendendo:

I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
II - orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
III - disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
IV - disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
V - equilíbrio entre receitas e despesas;
VI - critérios e formas de limitação de empenho;
VII - normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
VIII - condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
IX - autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
X - parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
XI - definição de critérios para início de novos projetos;
XII - definição das despesas consideradas irrelevantes;
XIII - incentivo à participação popular;
XIV - as disposições gerais.

Seção I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2°. Em consonância com o disposto no art. 165, § 2°, da Constituição da República, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2009 correspondem às ações especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2006-2009, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2009 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 10. O projeto de lei orçamentária para 2009 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 20. O projeto de lei orçamentária para 2009 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009**

Seção II

Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual

Subseção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 3°. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF n° 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nO 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2006-2009.

Art. *4°*. O orçamento fiscal, discriminará a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei n° 4.320/64.

Art. *5°*. O orçamento fiscal, compreenderá a programação dos Poderes Executivo e Legislativo do Município.

Art. *6°*. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I - texto da lei;
II - documentos referenciados nos artigos 2° e 22 da Lei nO4.320/1964;
111- quadros orçamentários consolidados;
IV - anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
V - demonstrativos e documentos previstos no art. 5° da Lei Complementar nO.101/2000;

Art. *7°*. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária de 2009, serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2008, projetados ao exercício a que se refere.
Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. *8°*. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subseqüente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
Parágrafo único. O Poder Legislativo encaminhará ao Departamento de Contabilidade do Poder Executivo, até 15 dias antes do prazo definido no caput, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subseqüente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

Art. *9°*. O Poder Legislativo e encaminhará ao Departamento de Contabilidade do Poder Executivo, até 01 de julho de 2008, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11. A lei orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição da República.
Parágrafo Único. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal direta

submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

Subseção II

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 12. A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º. Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.
§ 2º. O Município, através de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução na 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição da República.

Art. 13. Na lei orçamentária para o exercício de 2009, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 14. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar na 101/2000 e na Resolução na 43/2001 do Senado Federal.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar na 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução na 43/2001 do Senado Federal.

Subseção III

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 16. A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no máximo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2009, destinada atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e demais créditos adicionais.

Seção III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Subseção I

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art.17. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º. inciso II, da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15,16 e 17 da Lei Complementar na 101/2000.

§ 1º. Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2009 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS. 2009**

Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar n? 101/2000.

§ 2°. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nO101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3° e 4° do art. 169 da Constituição da República.

Subseção II

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 18. Se durante o exercício de 2009 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nO101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário ou horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Seção IV

Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 19. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2009, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I - aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;
II - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
III - aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;
IV - aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 20. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

I - atualização da planta genérica de valores do Município;
II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
V - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
VIII- revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;
IX - instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exeqüível a sua cobrança;

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009**

X - a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Art. 21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nO101/2000.

Art. 22. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

Seção V

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2009 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 24. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2009 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2009 a 2011, demonstrando a memória de cálculo respectiva.
Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que estejam acompanhados das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nO101/2000.

Art. 25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I - para elevação das receitas:
a - a implementação das medidas previstas nos arts. 20 e 21 desta Lei;
b - atualização e informatização do cadastro imobiliário;
c - chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II - para redução das despesas:
a - implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
b - revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Seção VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 26. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9°, e no inciso II do § 1° do artigo 31, da Lei Complementar n°. 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2009, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1°. Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituam obrigação constitucional e legal e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2°. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3°. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4°. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Seção VII

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 27. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 28. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1°. A lei orçamentária de 2009 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo".

§ 2°. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrímonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3°. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Seção VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 29. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I - às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II - às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III - às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2009 por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 30. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para

entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público, *voltadas* para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II - associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art. 31. É *vedada* a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 32. É *vedada* a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que *envolvam* claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar n° 101/2000.

Art. 33. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos *objetivos* para os quais receberam os recursos.

Art. 34. As transferências de recursos às entidades previstas nos arts. 30 a 33 desta Seção *deverão* ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, *devendo* ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei n° 8.666/1993, ou de outra Lei que vier substituí-la ou alterá-la.

§ P. Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2°. É *vedada* a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3°. Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do *Governo* Federal por meio do PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 35. É *vedada* a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nO101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 36. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para às entidades da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição da República.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - **2009**

Seção IX

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art 37. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o art. 116 da Lei nO8.666/1993.

Seção X

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 38. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2009, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8° da Lei Complementar n° 101/2000.

§ 1°. Para atender ao caput deste artigo, as entidades da administração indireta e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2009, os seguintes demonstrativos:

I - as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nO101/2000;
II - a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8° da Lei Complementar nO101/2000;
III - o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8° da Lei Complementar nO 101/2000.

§ 2°. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2009;

§ 3°. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Seção XI

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 41. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2° desta Lei, a lei orçamentária de 2009 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nO101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I - estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2006-2009 e com as normas desta Lei;
II - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
III - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2009, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2008.

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009**

Seção XII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 40. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar na 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei na 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção XIII

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 41. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2009, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único - O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Seção XIV

Das Disposições Gerais

Art. 42. As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2009 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por transposição, remanejamento ou transferência, justificadamente, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, através de Decreto do Poder Executivo.

Art. 43. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei na 4.320/1964 e da Constituição da República.

§ 1°. A lei orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2°. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 44. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º. da Constituição da República, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei n? 4.320/1964.

Art 45. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 46. Em atendimento ao disposto no art. 4°, §§ 1°, 2° e 3° da Lei Complementar n° 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

I - Anexo de Metas e Prioridades;
II - Anexo de Metas Fiscais;
II - Anexo de Riscos Fiscais.

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009**

Art, 47, E'''1. ,ei entra em viqor na dala de sua publicação, revoqando-se a, dlsposições em contrário.

São *sebas/0* da Bela Vista, 06 de Junho de 2008.

José sarJ.: sa<Nadalini
Prefeito +nicipal

# ANEXO DE METAS FISCAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICíPIO

DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS

LRF, art . 4', § 1

Valores em R$1,OO

| ESPECIFICAÇÃO | VALOR CORRENTE (A) | VALOR CONSTANTE | PIB | VALOR CORRENTE (B) | VALOR CONSTANTE' | PIB | CORRENTE (C) | I CONSTANTE | % PIB |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Rec~ita Total | 7.900.000,00 | 7.559.808'61 | 0,00 | 8.400.000,00 | 7.692.131,59 | 0,00 | 9.300.000,Oor | 8.149.5584 | 0:00 |
| Receitas Primárias (I) | 7.848.000,00 | 7.510.047,85 | 0,00 | 8.347.0QO,QO | 7.643.597,00 | 0,00 | 9.246.000,00 | 8.102.238,40 | 0,00 |
| Despesa Total | 7.900.000,00 | 7.559.808,61 | 0,00 | 8.400.000,00 | 7.692.131,59 | 0,00 | 9.300.000,00 | 8.149.558,42 | 0,00 |
| Despesas Primárias (II) | 7.840.000,00 | 7,502,392,34 | 0..00 | 8.340.000,OO! | 7.637.187,79 | 0,001 | 9'200,000,00, | 8.061.928,76! | 0,00 |
| Resultado Primário (I-II) | 8.000,00 | . 7.655,50 | 0,00 | 7.000,00 | 6.410,11 | 0,00 | 46.000,00 | 40.309,64! | 0,00 |
| Resultado Nominal | -94.000,00 | -89.952,15 | 0,00 | -104.500,00 | -95;693,78 | 0,00 | =46.500,00 | =40.747,79! | 0,00 |
| Divida Pública Consolidada | 221.000,00, | 211.483,25 | 0,00 | 147.000,00 | 134.612,30 | 0,00 | 74.000,00 | 64.845,95; | 0,00 |
| LIJ_ivida ~nsolidada LI~~ | 123.000,00 | 117.703,35 | | 18.500,00 | 16.941,00 | 0,00 | :28~~~,O'Oj | :24:536,30 | 0,00 |

PROÓLITO INTERNO BRUTO (PIB) - VALORES PREVISTOS(EM REAIS)

2_O_11

0,00

INDICES DE INFLAÇÃO- VALORES PREVISTOS(EM%)

20Õ9

4,50

2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNiCíPIO

DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LíQUIDO

LRF, art. 4', § 2', Inciso III

Valores em R$1,00

| PATRIMÔNIO LíQUIDO | 2005 | | 2006 | | 20[illegible] | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| PatrimôniO / Capital | 3.998.369,60 | 100,00 | 4.431.963,821 | 100,00 | 4.659.141,32 | 100.00 |
| Reservas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Acumulado | | | | | | |
| TOTAL PATRIMONIO LIQUIDO | 3.998.36~:~~ | 1?~:~~ | 4.431.96~:~~ | 10~:~~ | 4'659.14~:~~L | |

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNiCíPIO

DEMONSTRATIVO V _ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Valores em R$1,OO

| LRF, art _ 4', § 2', Inciso III | RECEITAS REALIZADAS | | |
|---|---|---|---|
| rÓRIGEMDOS REC0R-sos ----~ | 2005 39_800,00 | _200:s_:.13s*_::~_-=~6~~;~~~~:=: | |
| Receitas de Alienações e Rentabilidades Financeiras | 39.800,00 | 48.136,00 | 45_580,00 |
| Alienação de bens Móveis | 39.800,00 | 48.136,00 | 45.580.00 |
| Alienação de bens Imóveis | 0,00 | 0,00 | 0.00 |
| [~~A~ ~ (_I ) c--:-:-c=D,..E:,.So;-P-c-E-c:S-c:A DASDAcSIQ_U-c-I | 20()5 39.800,00 | 2oã_6_4_8_.1_36~O_O+- .~-20-0-7--:'5_.5_8_0·_?~_1 | |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÂO DEATIVOS | 39.800,00 | ---o'cior-- | 83.150,00 |
| Investimentos | 3980000 | O 00 | 83.150,00 |
| Inversões Financeiras | 0: | 0:00 | 0,00 |
| Amortização/Refinanciamento da Divida | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes do RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| I~TOTAL ( II ) | 39.800 ..0000 | - o~"CooOíoO ~3.1~?,-00J | |
| SALDO FINANCEIRO DO EXERCíCIO ANTERIOR ( III ) | 0 | 48.136.00 | |
| ~~~C>-I O__~_I~ANCEIRO DO EXE_~CICIO ( IV) = ( I _II + III ) | --====- __0.::>-?L-~-=----- - | 48.136,?0_1~~ | 10.566,00 |

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNiCíPIO

DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

**LRF, art. 4°, § 2°, Inciso V**

Valores em R$1,00

| Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA | | |
|---|---|---|
| EVENTO | VALOR PREVISTO 2009 | |
| SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA ( I ) | | 0,00 |
| MARGEM BRUTA ( III ) = ( I + II ) | | 0,00 |
| | | 0,00 |
| (-) REDUÇÃO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO | | 0,00 |

| Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA | | |
|---|---|---|
| EVENTO | VALOR PREVISTO 2009 | |
| SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA ( I ) | | 0,00 |
| MARGEM BRUTA ( III ) = ( I + II ) | | 0,00 |
| SALDO UTILIZADO ( IV ) | | 0,00 |
| (-) REDUÇÃO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO | | 0,00 |

# ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Valores em R$1,00

LRF, art. 4º, § 3º

| PROVIB | | | | PRO | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DESCRIÇÃO | | | | DESCRIÇÃO | | | |
| | | 10.000,00 | Redução | | | | |

© SIM - Instituto de Gestão Fiscal

emitido por simone mendes da silva

# METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

# LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

## ANEXO DE METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA

FUNÇÃO: 0005 INVESTIMENTO EM ENSINO FUNDAMENTAL

**OBJETIVO: AMPLIAR OS NIVEIS DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL A PARTIR DE ACOES QUE PROMOVAM A AQUISICAO DE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E NOVOS V ALORES**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | META | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|---|
| 1.004 | CONSTRUCAO/REFORMA E ADAPTACOES PREDIOS ESCOLARES | PREDIOS ESCOLARES | 3,00 | PREDIOS ESCOLARES CONSTRUIDOS/REFORMADOS |
| 1.005 | CONSTRUCAO/REFORMA E ADAPTACOES PREDIOS ESCOLARES | PREDIOS ESCOLARES | 3,00 | PREDIOS ESCOLARES CONSTRUIDOS/REFORMADOS |

FUNÇÃO: 0015 PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

**OBJETIVO: ATENDER FAMILIAS DE BAIXA RENDA DO MUNICIPIO QUE NAO POSSUEM CASA PROPRIA, ATRAVES DA IMPLANTACAO DEUM SISTEMA HABITACIONAL.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | META | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|---|
| 1.021 | CONSTRUCAO DO SISTEMA HABITACIONAL | SIST. HABITACIONAL | 1,00 | FAMILIAS ATENDIDAS C/ CONSTRUCAO |

FUNÇÃO: 0017 PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS

**OBJETIVO: INCENTIVAR A GERACAO DE NOVOS EMPREGOS, ATRAVES DEAPOIO A INDUSTRIAS INSTALADAS NO MUNICIPIO E INCE NTIVO A INSTALACAO DE NOVAS INDUSTRIAS.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | META | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|---|
| 1.023 | APOIO A INDUSTRIAS | INDUSTRIA | 3,00 | INDUSTRIAS ATENDIDAS |

FUNÇÃO: 0018 CONSTRUÇÃO DE ESTÁDIOS E CAMPOS RURAIS

OBJETIVO: CONSTRUIR E REFORMAR ESTADIOS NO MUNICIPIO E CONSTRUIR CAMPOS RURAIS PARA A PRATICA DE ESPORTE AMADOR E ESPECIAL E ENSINO FUNDAMENTAL

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | META | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|---|
| 1.009 | CONST/REFORMA E ADAPTACOES ESTADIO E CAMPOS RURAIS | ESTADIO/CAMPO | 3,00 | ESTADIO E CAMPOS CONSTRUIDOS/REFORMADOS |

## índice Geral


| R;)~tÓri~ | Página! |
|---|---|
| Texto da Lei da LDO | 3! |
| Demonstrativo I - Metas Anuais | 14 |
| Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido | 15! |
| Demonstrativo VIII - Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos | 16, |
| Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado | 17' |
| Demonstrativo IX - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências | 19 |
| Demonstrativo de Metas da Administração | 21 |